

Pesquisa de Mercado, Estimativa de Preços e Negociação nas Contratações Públicas

Atualizado pela nova Lei nº 14.133/21 e a Nova IN nº 65/21 com enfoque na análise crítica dos preços, estratégia da média saneada, elaboração da planilha orçamentária, aferição objetiva da inexequibilidade, negociação de preços na licitação/contratação e dinâmica do preço nas contratações diretas (pesquisa concomitante na dispensa eletrônica e justificativa na inexigibilidade).

Apresentação

A fase de Planejamento de uma contratação é, sem dúvidas, o alicerce da boa e eficaz gestão dos recursos públicos. Neste sentido, **a pesquisa de mercado e a estimativa de preços integram a etapa essencial para que a Administração tenha clareza das soluções, produtos e potenciais fornecedores do objeto a ser contratado**, considerando diversos aspectos que balizarão a estimativa do valor estimativo da contratação e os seus desdobramentos na exequibilidade e economicidade das propostas.

Não se exaurindo somente a realização da contratação, **a pesquisa de mercado também está presente na execução das alterações qualitativas do objeto contratado, incluindo novos bens ou serviços no escopo do contrato** e, por conseguinte, demandando a realização de novas cotações de preços.

Por isso, conhecer a legislação vigente sobre o tema, assim como os aspectos práticos da pesquisa de mercado e da elaboração da planilha orçamentária são primordiais para o agente público **promover maior eficiência nas contratações e evitar sobrepreço ou superfaturamento**.

O curso tem forte embasamento teórico com base na legislação vigente, em especial:

- Nova Lei Geral de Licitações e Contratos Administrativos ([Lei nº 14.133/2021](#));
- Atual Lei Geral de Licitações e Contratos Administrativos ([Lei nº 8.666/93](#));
- Lei do Pregão ([Lei nº 10.520/2002](#));
- Lei das MEs e EPPs ([Lei Complementar nº 123/2006](#));
- Decreto do Sistema de Registro de Preços ([Decreto nº 7.892/2013](#));
- Nova Instrução Normativa da Pesquisa de Preços ([IN 73/2020](#));
- Instrução Normativa da Contratação de Serviços ([IN 05/2017](#));
- Jurisprudências dos Tribunais de Contas (TCU e TCEs); e,
- Orientações da Advocacia-Geral da União – AGU.

Objetivos

- Apresentar os conceitos legais e os aspectos práticos sobre a realização da pesquisa de preços no mercado, a análise crítica dos preços coletados e a elaboração da planilha de quantitativos e preços unitários estimados.
- Capacitar o servidor para aplicar e operacionalizar a estimativa do preço de uma contratação pública, em observância às boas práticas, à legislação vigente e às orientações dos órgãos fiscalizadores.
- Habilitar o aluno a realizar a pesquisa de preços no mercado e elaborar o orçamento estimativo para a realização de uma contratação pública.
- Formar gestores públicos para instrumentalizar a pesquisa de mercado, a negociação de preços no pregão e a gestão da equação econômico-financeira dos contratos administrativos, com segurança jurídica.
- Instruir o agente público para identificar, nas propostas ofertadas, a prática de preços excessivos ou inexequíveis, as fontes idôneas de coleta de dados de precificação, e os parâmetros inexequíveis ou com sobrepreço.

Público-alvo

- Pregoeiros, equipes de apoio e membros de comissões de licitação;
- Gestores e fiscais de obras e de contratos;
- Ordenadores de despesas;
- Assessores jurídicos, procuradores, auditores e integrantes dos controles interno e externo;
- Agentes que atuam na elaboração de Termos de Referência, Projetos Básicos e planejamento das contratações;
- Gestores de atas de Registros de Preços, profissionais responsáveis pelas contratações por dispensa ou inexigibilidade de licitação, compradores, membros da unidade requisitante, de almoxarife e demais servidores que atuam nas áreas de compras e de logística pública;
- Advogados, promotores, consultores e demais profissionais da área jurídica;
- Profissionais que atuam no planejamento, elaboração e processamento de editais, documentos técnicos, administrativos, jurídicos e afins;
- Demais profissionais envolvidos ou interessados nos procedimentos de planejamento das contratações públicas, inclusive nas estatais; e,
- Empresários e profissionais da iniciativa privada que atuam ou pretendem atuar como fornecedores do governo.

Conteúdo programático

1. INTRODUÇÃO AO PROCESSO DE CONTRATAÇÃO PÚBLICA

- 1.1. Legislação vigente
- 1.2. Objetivos das licitações
- 1.3. Definição de proposta mais vantajosa
- 1.4. Ciclo de vida do objeto
- 1.5. Sobrepreço e superfaturamento
- 1.6. Modalidades e Tipos de licitação
- 1.7. Princípio da Economicidade
- 1.8. Fases do processo de contratação

2. PESQUISA DE MERCADO

- 2.1. Definição de preço, valor, custo e economia de escala
- 2.2. Importância dos instrumentos de planejamento para a formação do preço
- 2.3. Procedimentos de consulta ao mercado
- 2.4. Orientações dos Tribunais de Contas
- 2.5. Nova IN 73/2020 e os parâmetros de pesquisa de preços
- 2.6. Diferença entre Preço Estimado e Preço Máximo
- 2.7. Amostra de preços e Cesta de Preços Aceitáveis
- 2.8. Análise crítica da amostra
- 2.9. Quando utilizar média, mediana ou menor preço
- 2.10. O cálculo da Média Saneada
- 2.11. Formalização dos documentos de pesquisa de preços com base na Nova IN 73/2020
- 2.12. Procedimentos de Pesquisa de Preços na Nova Lei de Licitações e Contratos (Lei nº 14.133/2021)

3. PLANILHAS DE QUANTITATIVOS E PREÇOS UNITÁRIOS

- 3.1. Elaboração da Planilha Orçamentária
- 3.2. Principais erros cometidos nas Planilhas e seu impacto nas contratações
- 3.3. Sigilo do orçamento.
- 3.4. Benefícios e Despesas Indiretas – BDI
- 3.5. Planilha de Custos e Formação de Preços da IN 05/2017 para serviços com dedicação exclusiva

4. PREÇO NA LICITAÇÃO

- 4.1. Critério de aceitabilidade de preços
- 4.2. Critério de julgamento das propostas
- 4.3. Análise da exequibilidade
- 4.4. Fórmula da inexequibilidade e Súmula 262 do TCU
- 4.5. Preço Inexequível na Nova Lei de Licitações e Contratos (Lei nº 14.133/2021)
- 4.6. Cenário de Atenção
- 4.7. Jogo de Planilhas
- 4.8. Negociação de preços no Pregão
- 4.9. Justificativa do preço na inexigibilidade de acordo com a Nova IN 73/2020

5. EQUAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

- 5.1. Noções básicas de contratos administrativos.
- 5.2. Direito à manutenção do equilíbrio econômico-financeiro.

5.3. Reajuste, Repactuação e Revisão de preços.

5.4. O que pode mudar com a futura Nova Lei de Licitações e Contratos (Lei nº 14.133/2021)?

Professor



SÍLVIO LIMA

Sílvio César da Silva Lima. Coordenador Geral de Contratações de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) da Central de Compras do Ministério da Economia. Graduado em Engenharia Elétrica (UnB) e Administração com PósGraduação em Gestão Pública. Especialista em Tecnologia, Terceirização, Fiscalização, Inovação e Gestão de Riscos. Participou da Global Procurement Initiative – da agência americana USTDA – realizado em Washington, Nova York e Austin – USA em 2019 sobre o modelo de compras públicas americano. Professor certificado no método gamificado de ensino “Jogo de Contratações (Planejamento, licitações, Fiscalização e Gestão de Riscos)”. Em 2020 e 2021, deve-se destacar que as contratações conduzidas pela sua equipe geraram economia de R\$ 1,2 Bilhão para o Governo Federal do Brasil. Coautor da obra “Contratações de Tecnologia da Informação 4.0” (Editora Fórum, 2021).

ASSINATURA(S) ELETRÔNICA(S)

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás

Para validar este documento informe o código 724413298195 no endereço <https://proad-v2.tjgo.jus.br/proad/publico/validacaoDocumento>

Nº Processo PROAD: 202308000434617 (Evento nº 13)

ROBERTA DO NASCIMENTO SILVA DE CASTRO

ASSESSOR(A)

DIRETORIA ADMINISTRATIVA

Assinatura CONFIRMADA em 21/08/2023 às 15:36

